



RESPOSTA AS
INDICAÇÕES NºS
2311/18 E
1741/19 DO VER.
ABNER DE MADUREIRA

Prefeitura de Jacareí
Fundação Cultural de Jacarehy



Ofício nº 530/FCJ/2019

Jacareí, 09 de outubro de 2019.

Ilmo. Senhor,
Abner de Madureira
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí
Praça dos Três Poderes, 74
Centro - Jacareí / SP

PROTOCOLO Nº <u>1194</u> TIPO: _____
DATA <u>09/10/19</u> ASS: <u>U. Edrogo</u>
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Assunto: resposta ao ofício 1864/2019 da Secretaria de Governo

Prezado Presidente,

Em atenção ao ofício acima citado, cumpre ressaltar que observados os dispositivos da lei 5677/2019, artigo 3º, inciso V, uma das personalidades a quem cabe provocar o pedido de registro de algum bem imaterial que julgue relevante junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Jacareí (CODEPAC) é o Poder Legislativo Municipal. Porém, em seu artigo 4º, o mesmo diploma legal refere que:

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá, por solicitação do órgão executivo municipal de proteção do patrimônio, ser complementada com informações de outras entidades, pública ou privada, que detenham conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural.

Isto é, a proposta de registro deve ser embasada em sólida documentação para demonstrar a relevância desta forma de expressão. Após a confecção desse dossiê, ela será encaminhada para pauta da reunião do Conselho de Patrimônio.

Após o parecer, ainda assim existe uma segunda etapa, pois que sua decisão será publicada no Boletim Oficial do Município, onde no prazo máximo de 30 dias, a sociedade poderá se manifestar sobre esse parecer, conforme o parágrafo 4º do mesmo artigo 4º. Como se segue:

§ 4º O parecer do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural será publicado no Diário Oficial, para eventuais pronunciamentos da sociedade em geral sobre o registro, que deverão ser apresentados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Dessa forma, o proponente interessado deve retornar com proposta embasada em documentação e subsídios e submetê-la ao Codepac em reunião oportuna. Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rafael Franco Fernandes

Diretor Geral da Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"